

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcle	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
							POs	ITRs / Manuais					
PROCESSOS FINALÍSTICOS (NPF)	Auxílio à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	Tem por objetivo tornar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç e Financeira Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.230/1964 Lei Federal nº 6.404/1976 Lei Federal nº 10.406/2002 Lei Federal nº 13.302/2016 Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Gerência de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(I) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Aleigo	(I) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.	
			Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo						(I) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Aleigo	(I) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.	
	Promoção da Transparência e do Controle Social	Tem por objetivo tornar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e, de forma específica, para denunciantes, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas	Atendimento a Solicitações	Ouvidoria		Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade		Ouvidoria	(I) Informações solicitadas.	Solicitante	(I) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a procedimentos e processos de controle externo, certidões, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (II) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.	
Apuração de Denúncias			Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024	PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação		Ouvidoria	(I) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(I) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.		
Apuração de Representações			Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(I) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(I) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.		
Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública			Secretaria de Controle Externo			PO Gerir Observatório de Políticas Públicas	Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas		(I) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(I) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.		
						PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas	Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas		(I) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	(I) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo.		
						PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Serviço de Fiscalização de Pessoal	(I) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(I) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração indireta ou fundacional, nos termos do art. 30 CE/89.		
Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo.			Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 05/2019		Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(I) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios		
Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social			Escola Superior de Controle Externo Alisson Nascimento						(I) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(I) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.		
Exame e Julgamento das Contas dos Gestores			Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.200/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Gerência de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(I) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(I) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.		
						PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade		Gerência de Fiscalização	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual, Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
						PO Fiscalizar via Auditoria Financeira		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Contas; Serviço de Qualidade do Controle Externo.	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual, Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
						PO Fiscalizar via Auditoria Operacional		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual, Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
Fiscalizar			Secretaria de Controle Externo			Regimento Interno -TCE-GO, Plano de Fiscalização; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 001/2014); • Resolução Administrativa n.º 19/2022; Resolução Administrativa n.º 13/2023; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP); NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão da ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional.	PO Fiscalizar via Inspeção		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual, Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
	PO Fiscalizar via Levantamento						Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual, Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.			
	PO Fiscalizar via Monitoramento Programado						Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual, Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.			
	PO Fiscalizar via Acompanhamento						Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual, Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.			
Controle Direto		Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e											

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados		
		regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas						Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
							PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo	ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
								ITR Orientações para fiscalização contínua de folha de pagamento						
			PO Gerir Processos de Controle Externo				ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Parâmetros definidos para organização e distribuição de atividades interestaduais no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.			
								PO Instaurar Processo de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional. (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.		
									PO Representar ao Tribunal	Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica temática e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.	
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo										
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo			Resolução Normativa nº 011/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei nº 16.168/2007; Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Catalogar Itens decisórios	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.	
								PO Gerir Serviço de Controle de Deliberações	Secretaria Geral, Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Controle e Deliberações					
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo			Resolução nº 06/2021		Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.	
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo										
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo										
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo							(i) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo. (ii) Avaliações de programas de governo. (iii) Avaliações de funções de governo. (iv) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Consultantes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.	
Secretaria de Controle Externo								(i) Contribuir para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (ii) Contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas públicas. (iii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública; Programas de Governo	(i) Contribuir para a melhoria da formação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (ii) Contribuir para a atuação dos respectivos órgãos. (iii) Subsidiar a apuração de irregularidades.				
Controle com intervenção a Terceiros		Tem por objetivo tornar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Ministério Público Estadual, à Polícia Civil e outros órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e julgar atos da administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.	Fornecimento de Informações para Subsidiar Ações de Terceiros	Secretaria de Controle Externo					(i) Informação sobre indícios de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE. (ii) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE, Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil, Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de inelegíveis. (iii) Subsidiar a atuação dos respectivos órgãos. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.			
			Organização de Cobrança Executiva	Secretaria Geral						(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.		
			Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juízo	Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juízo.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instância.			

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao desenvolvimento das atividades de controle externo.		Tecnologia da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 13/2016		ITR Controle de Resíduos	Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	(i) Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.
							PO Gerir Atendimento de Suporte de TI		Serviço de Suporte Técnico de TI			
							PO Gerir Desenvolvimento de Software	[	Serviço de Sistemas de Informação			
							PO Gerir Backup		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI			
							PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software		Serviço de Sistemas de Informação			
			Segurança da Informação			Resolução Normativa nº 11/2022	PO Gerir manutenção terceirizada de Software		Serviço de Sistemas de Informação			
							PO Gerir Incidentes de Segurança da Informação		Diretoria de Tecnologia da Informação			
							PO Gerir Vulnerabilidades		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI			
								Plano de Continuidade de TI / Manual de Restauração de Backup	Diretoria de Tecnologia da Informação			
							Resolução nº 10/2017	PO Gerir Ativos de Tecnologia da Informação	Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação		
										(i) Dados e informações tratadas e armazenados com garantia de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.		(i) Instituir diretrizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação, orientando proprietários, gestores e usuários de informações que tragam na organização, com vistas à garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessas informações.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO					
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados			
Governança, Planejamento e Gestão	Gestão	Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.	Gestão dos Processos de Trabalho	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão		Manual do SGI	PO Gerir Processo de Trabalho	ITR Gerir Processos de Trabalho (Unidades do TCE-GO)	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua	(i) Processos de Trabalho geridos. (ii) Cadeia de Valor. (iii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Controle de qualidade da informação documentada do TCE-GO. (ii) Aprimoramento e manutenção da Cadeia de Valor. (iii) Metodologia de padronização das rotinas operacionais.			
			ITR Gerir Processos de Trabalho (Serviço-Melhoria)												
			Manual do Bizagi aplicado ao TCE-GO	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua											
							PO Gerir Auditorias do SGI	ITR Gerir Auditorias do SGI	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua	(i) SGI auditado.	Tribunal; Sociedade	(i) Sistema de gestão integrado (SGI) do TCE-GO auditado. (ii) Identificação e definição de melhorias do SGI. (iii) SGI certificado.			
							PO Gerir Indicadores Estratégicos		Serviço de Gestão da Estratégia	(i) Indicadores estratégicos geridos.	Tribunal	(i) Geração de evidências para suporte em tomada de decisão gerencial. (ii) Gestão da estratégia baseada em resultados.			
							PO Gerir Accountability do SGI		Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	(i) Boletim de Governança e Gestão (BGG). (ii) Relatório de atividades da Di-Plan.	Tribunal; Sociedade	(i) Prestação de contas em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas. (ii) Consolidação e disseminação das atividades de coordenação do SGI.			
							PO Gerir Inteligência Organizacional		Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	(i) Relatórios de Inteligência Organizacional (RIO). (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.			
							PO Gerir Melhoria Contínua	ITR Gestão de Iniciativas no SGP	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua	(i) Melhorias implementadas.	Tribunal; Sociedade	(i) Implementação de melhorias institucionais. (ii) Estímulo à melhoria contínua do TCE-GO. (iii) Quantificação do atingimento dos objetivos estratégicos do TCE-GO.			
							PO Gerir Partes Interessadas		Serviço de Gestão da Estratégia	(i) Situações-problema tratadas.	Tribunal; Parte Interessada	(i) identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.			
						Gestão de Riscos	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão		Resolução Normativa nº 06/2020	PO Gerir Riscos		Serviço de Gestão da Estratégia	(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos riscos institucionais, com foco na maximização de oportunidades e redução de incertezas.
						Gestão da Estratégia	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão		Resolução Administrativa nº 05/2016	PO Gerir Plano Estratégico		Serviço de Gestão da Estratégia	(i) Objetivos estratégicos alcançados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.
			PO Gerir Plano de Fiscalização		Secretaria de Controle Externo					(i) Plano de Fiscalização gerenciado.	Tribunal; Sociedade; Jurisdicionados.				
									PO Gerir PDTI		Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação. (ii) Organograma. (iii) Atividades-chave.	Tribunal	(i) Sistemática de alocação de competências e realização de operações.	
						Gestão da Estrutura Organizacional	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão		Resolução Administrativa nº 19/2022					Tribunal	(i) Sistematiza de gestão da ética organizacional.
						Gestão da Comunicação Organizacional	Diretoria de Comunicação		Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Produzir Conteúdo de Comunicação	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação	Diretoria de Comunicação	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal; Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e externa.
			PO Gerir Atendimento à Imprensa												
			Manual de Gestão da Rádio TCE-GO												
									PO Gerir Interações em Meios Digitais						
						Controle Interno	Diretoria de Controle Interno		Resolução Administrativa nº 10/2019	PO Analisar Conformidade Processual		Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.
										PO Emitir Parecer sobre Relatório de Gestão Fiscal		Diretoria de Controle Interno			
						Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Analisar Processos Administrativos		Diretoria Jurídica	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica. (ii) Peças Processuais protocoladas em processo eletrônico judicial.	Poder Judiciário; Tribunal.	(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: petição inicial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.
										PO Analisar Processos Judiciais					
						Gestão de Integridade	Corregedoria		Resolução Administrativa nº13/2024 Código de ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)	PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria		Corregedoria	(i) sistematiza de gestão da integridade organizacional.	Tribunal	(i) Garantir elevados padrões de conduta e comportamento ético, pautados em valores incorporados e compartilhados por todos em suas atividades no TCE-GO.
							Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão			Manual de Integridade	Comitê de Integridade Corporativa (CIC)				
						Gestão Documental e Arquivística	Secretaria Geral		Lei nº 16.188/2007; Resolução nº 22/2008 – RTCE/GO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 008/2009; Resolução Normativa nº 003/2011; Resolução Normativa nº 13/2012; Resolução Normativa nº 09/2017; Resolução Normativa nº 6/2024; Resolução nº 6/2021; Resolução Administrativa nº 18/2023; Portaria nº 245/2023 – GPRES; Portaria GP-AMPC nº 010/2023; Lei Estadual nº 13.800/2001. Lei nº 17.039/2010 Decreto nº 8.806/2016; Portaria 376/2022-GPRES; Portaria 954/2023 – GPRES; Resolução nº 22/2008 – RTCE/GO; Resolução Administrativa 17/2024; Resolução Administrativa nº 06/2024; Resolução Normativa nº 10/2017; Resolução Normativa 08/2022; Resolução Normativa 5/2024; Lei nº 16.226/2008; Lei nº 18.029/2013; Lei nº 8.159/91; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 12.862/2012; Lei nº 13.709/2018; Decreto nº 10.278/2020; Resolução CONARQ nº 51/2023	PO Gerir Autuação de Processos e Cadastro de Documentos	Serviço de Protocolo e Remessas Postais	(i) Processos autuados e documentos cadastrados	Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal.	
										PO Gerir Arquivamento de Processo Eletrônico		Secretaria Geral Serviço de Arquivamento	(i) Processos arquivados	Tribunal	(i) Padronização das atividades que envolvem o arquivamento de processos eletrônicos no âmbito do TCE-GO.
										Manual de Especificação e Padronização Documental	Secretaria Geral	(i) sistematiza de gestão da ética organizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronização e simplificação, com aplicação dos preceitos da redação oficial. (ii) Racionalização, segurança, autenticidade e identidade institucional. (iii) Atendimento às regras de distribuição, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.	
						Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023 NBASP 130	PO Gerir Matrizes de Seletividade		Secretaria de Controle Externo	(i) Ranking(s) de priorização das ações de controle externo. (ii) Relatório de 03 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).					
						Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP); Regimento Interno da Rede INFOCONTAS; Resolução Normativa Nº 09/2018; Resolução Normativa Nº 10/2017/TCE; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Portaria nº 954/2023	PO Produzir Relatório de Inteligência		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Relatórios de inteligência.					
						Resolução Normativa Nº 009/2016; Resolução Normativa Nº 10/2017; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Manual de Segurança da Informação; Resolução Administrativa Nº 07/2024.	PO Produzir Conhecimento Estratégico		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Conhecimento Estratégico produzido					

PROCESSOS DE GESTÃO (NPG)

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
Núcleo 1	Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.	Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno do TCE-GO; Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 1/2023; Resolução Normativa nº 6/2024; Normas de Auditoria do Setor Público (NBAS-SP).	PO Propor Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(f) Proposta de Fiscalização	Tribunal	(f) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.	
						Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GPRES; Lei Complementar Estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 9.697/2020	PO Gerir normativos afetos à Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	(f) Proposta de Resolução (g) Exposição de motivos			
						Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Resolução Administrativa Nº 15/2024; Resolução Administrativa Nº 7/2024.	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas			
							Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.			
						Resolução Normativa Nº 7/2025; Resolução Adm. Nº 11/2022/TCE-GO; Portaria Nº 614/2022 GPRES; Resolução Adm. Nº 17/2024; Resolução Adm. Nº 19/2022; Resolução Adm. Nº 15/2024; Resolução Adm. Nº 07/2024.	PO Gerir Declaração de Bens e Rendidas - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendidas (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas			(f) DBR recebida
			Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 7/2024; Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(f) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	(f) Garantir o aperfeiçoamento do controle e assegurar a qualidade dos trabalhos de fiscalização, com base em normas internacionais.
						Resolução Administrativa nº 013/2023	PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade do Controle Externo			
							Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(f) Ciclo de Garantia da Qualidade			
			Suporte à Função Judicante	Secretaria Geral		Resolução Normativa nº 03/2013; Resolução Normativa nº 02/2020; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Orgânica do TCE/GO (art. 9º); Regimento Interno do TCE/GO (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria Geral	(f) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(f) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. (f) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.
						Plano Estratégico TCE-GO; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 7/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás; Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO	Gerência de Registro e Jurisprudência e Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(f) Catálogo de Normativas (Consolidação); (g) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência).			
						RN 03/2013 RN 02/2020 PORTARIA Nº 159/2022 – GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas	Secretaria Geral	(f) Pauta e Ata da Sessão Plenária.			
						Plano Estratégico TCE/GO Portaria nº 676/2018-GPRES Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estadual nº 16.168 de 2007; • Lei Complementar Federal nº 95/1998; • Lei Complementar Estadual nº 33/2001; • Constituição Estadual de 1989, e • Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO	Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(f) Catálogo de Normativas Consolidado (g) Acervo Normativo do TCE-GO			
			Gestão de Atos Oficiais	Secretaria Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2020.	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro	Gerência de Registro e Jurisprudência e Serviço de Registro	(f) Registro de Ato de Pessoal.	Tribunal	(f) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.
						Lei nº 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos		Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações			
Resolução nº 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas					Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações						
Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás					Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações						

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 40
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75